

1  
2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10 DE ABRIL DE 2.018.**

3 **ATA Nº 03/2.018** - Aos dez dias, do mês de abril, do ano de  
4 dois mil e dezoito, às nove horas e trinta e cinco minutos, no  
5 auditório Jorge Batista – Bloco de Mecânica – Campus Maceió,  
6 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
7 Alagoas – IFAL, sito na Av. do Ferroviário, nº 530, nesta cidade,  
8 compareceram ao nosso encontro os seguintes membros: Gustavo  
9 Henrique Albuquerque Santos(MPC/AL), Nelton Martins Yin  
10 Filho(CGU), José Carlos Castro(MPE/AL), Fabrício Leão  
11 Souto(DPE/Al), Claudivan da Silva Costa(TCU), Fernando Teles  
12 de Farias(Arquidiocese de Maceió), Paulo José Monteiro Santos  
13 Lima(AGU), Rodrigo Fontan(SMCI), Anthony Lima(OAB/AL),  
14 Fábio Soares Gomes(IFAL) e Sras. Rosa Maria Barros  
15 Tenório(MPC/AL) e Maria de Fátima Accioly Canuto  
16 Wanderley(CEDDH). **Item 1 da Pauta: Aprovação das Atas**  
17 **das reuniões anteriores** - Estas foram aprovadas por  
18 unanimidade, sem ressalvas, após o conhecimento de seus  
19 respectivos textos por todos os presentes. **Item 2 da Pauta:**  
20 **Apresentação do Prof. Fábio Soares Gomes, representante do**  
21 **IFAL, com o seguinte tema: Controle Social da Gestão**  
22 **Pública** – O Sr. Coordenador passou a palavra ao Prof. Fábio  
23 Soares, que, de início, agradeceu a oportunidade de abordar tema  
24 de amplo interesse para este Fórum, cujo conteúdo será destinado,  
25 inicialmente, aos alunos do IFAL, através do projeto da Liga  
26 Estudantil de Combate à Corrupção, com o objetivo seguinte de  
27 conquistar uma participação mais efetiva de nossa sociedade civil,  
28 no referido controle. Evidentemente que através dessa  
29 consciência, os cidadãos podem intervir na tomada de decisão,  
30 orientando a Administração para que adote medidas que atendam  
31 ao interesse público, ao tempo em que se pode exercer o devido  
32 controle sobre a ação do Estado, exigindo do gestor público a  
33 necessária prestação de contas de sua atuação. Disse o Prof. Fábio  
34 da necessidade de sua aplicação no cotidiano, com o objetivo de  
35 motivar cada vez mais o estudante. Afirmou, ainda, que a despeito  
36 de tratar-se de um projeto experimental, tem como meta a criação

37 de uma rede de inteligência de controle social da gestão pública.  
38 Voltou a insistir, ele, na necessidade de se fomentar o surgimento  
39 da Liga. Mencionou, também, a importância de uma estrutura de  
40 capacitação da sociedade civil, através da operacionalização de  
41 mecanismos de acesso à informação e representação/denúncia,  
42 junto aos órgãos de controle, a exemplo dos Ministérios Públicos  
43 Estadual e Federal e do Ministério da Transparência e  
44 Controladoria Geral da União (CGU). A partir deste momento,  
45 aconteceram algumas intervenções: A Sra. Rosa Tenório levantou  
46 a hipótese do projeto contar com a participação da Controladoria  
47 Geral do Estado, e assinalou os problemas da desmotivação e  
48 desinteresse quanto à participação de nossa sociedade, por receio  
49 de represálias da parte dos políticos; destacando, a este respeito,  
50 o interior do Estado como a parcela mais vulnerável. Aqui,  
51 ressalte-se a importância da presença da sociedade civil no  
52 contexto de nossa democracia participativa, através do direito à  
53 informação e ao exercício de prerrogativas que permitem ao  
54 cidadão contribuir para a correta aplicação do dinheiro público.  
55 Sobressaem-se neste ponto: conhecer o que o cidadão pode fazer;  
56 suas possibilidades de atuação; os instrumentos criados e  
57 utilizados pela sociedade civil que podem ser utilizados no  
58 controle social, e conhecer as medidas a serem tomadas a partir da  
59 identificação de algum problema. Por fim, o Sr. Fernando Teles  
60 elogiou a iniciativa do ilustre professor, sugerindo a inserção do  
61 projeto por ele elaborado ao Parlamento Jovem Universitário, no  
62 âmbito da Comissão de Capacitação do FOCCO. **Item 3 da**  
63 **Pauta: Apresentação do representante do TCU, Claudivan da**  
64 **Silva Costa** - O Tribunal de Contas da União, apesar do  
65 despacho já emitido pelo órgão, continua preocupado pelo  
66 descumprimento da norma, que estabelece a obrigatoriedade dos  
67 municípios a utilizarem, exclusivamente, na manutenção e  
68 desenvolvimento do ensino fundamental, os recursos oriundos da  
69 diferença no cálculo da complementação devida pela União, no  
70 âmbito do FUNDEF. Diante do quadro, o Sr. Claudivan disse da  
71 necessidade premente de uma fiscalização mais efetiva dessas  
72 transferências, citando ele sua inquietação pelo fato de que 75%

73 (setenta e cinco por cento) de nossos municípios não cumprem a  
74 recomendação, no sentido de que as receitas em questão sejam  
75 depositadas e operadas por meio de conta bancária única e  
76 específica, vedada sua transferência para outra conta municipal; e  
77 que a movimentação dos recursos seja realizada, unicamente, sob  
78 a forma de transferência eletrônica, via crédito na conta bancária  
79 do destinatário devidamente identificado. Manifestando,  
80 igualmente, sua apreensão, diante de possíveis deficiências na  
81 fiscalização por parte de algum órgão, o Sr. José Carlos sugeriu a  
82 intervenção do FOCCO, no sentido de encontrar uma solução  
83 mais efetiva para o problema. Ainda sobre o tema, foi lembrado  
84 pelo Sr. Nelton Martins a suspensão do Termo de Ajustamento de  
85 Conduta em relação a alguns Estados, para que estes, a União,  
86 Procuradoria da República, Banco do Brasil e Caixa Econômica  
87 Federal formem um grupo de trabalho, de modo a operacionalizar  
88 a aplicação do TAC. **Item 4 da Pauta: Informes sobre o vídeo**  
89 **acerca das eleições 2.018** - O Sr. Coordenador informou que a  
90 reprodução está a cargo da Sra. Andrezza Tavares, assessora de  
91 comunicação do Tribunal de Contas do Estado; enquanto o Sr.  
92 Fabrício Leão colocou-se, também, à disposição para a elaboração  
93 do vídeo. **Item 5 da Pauta: Espaço livre para debates** —O Sr.  
94 Gustavo Henrique fez um breve relato de sua visita a Curitiba, em  
95 evento da operação Lava Jato – maior iniciativa de combate à  
96 corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil; enquanto o  
97 Sr. Fernando Teles registrou o andamento do projeto “Parlamento  
98 Jovem Universitário”, citando o bom desenvolvimento do  
99 programa na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, onde  
100 tivemos a oportunidade de assistir, recentemente, a aula/palestra  
101 da Prof. Nadja Peixoto sobre Orçamento Público I; enquanto na  
102 UFAL, continuamos aguardando o retorno do Prof. Adriano  
103 Nascimento às atividades. **Item 6 da Pauta: Considerações**  
104 **Finais** - Confirmada a data de 8 de maio do corrente para nossa  
105 próxima reunião, a acontecer na Advocacia Geral da União. Não  
106 havendo mais nada a ser discutido, foi encerrada a reunião às 12  
107 horas e 30 minutos, com o Sr. Coordenador agradecendo ao Prof.  
108 Fábio Soares a cessão do espaço e a maneira gentil com que

109 fomos recepcionados no IFAL. Assinam a Ata os Srs. Gustavo  
110 Henrique Albuquerque Santos – Coordenador e Fernando Teles  
111 de Farias – Secretário, juntamente com os demais membros  
112 presentes.

113

114

115 Gustavo Henrique Albuquerque Santos  
116 Coordenador

117

118 Fernando Teles de Farias  
119 Secretário

120

121 Nelton Martins Yin Filho  
122 CGU

123

124 José Carlos Castro  
125 MPE/AL

126

127 Fabrício Leão Souto  
128 DPE/AL

129

130 Claudivan da Silva Costa  
131 TCU

132

133 Rodrigo Fontan  
134 SMCI

135

136 Anthony Lima  
137 OAB/AL

138

139 Fábio Soares Gomes  
140 IFAL

141

142 Paulo José Monteiro Santos Lima  
143 AGU

144



145

146

147

148

149

150

151

152

Rosa Maria Barros Tenório

MPC/AL

Maria de Fátima Accioly Canuto Wanderley

CEDDH